JORNAL meionorte

TEMPERATURA: Máxima: 27° Mínima: 24° | ANO XXI - Nº 8897 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2016 | VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R$ 2,00 OUTROS ESTADOS: R$ 2,50

POSSE

O ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, foi empossado ontem na Academia de Medicina da Bahia. Ele é médico psiquiatra formado pela Universidade Federal da Bahia, turma de 1969, com pós-graduação em Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1974.

Editor: Ananias Ribeiro **E-mail:** ananiasribeiro@meionorte.com

Estados devem receber recursos até dia 10

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

Com a confirmação do pagamento da multa de repatriação aos Estados após reunião realizada entre o presidente Michel Temer (PMDB), o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e os governadores, a previsão é que o pagamento de aproximadamente R$ 170 milhões seja creditado no cofre dos entes até o dia 10 de dezembro.

"Aqui tivemos um entendimento para separar essa parte da multa da repatriação, que bem o presidente tomando, como já tomou a decisão do pagamento, ele anuncia o pagamento até o dia 10 de dezembro, neste caso é assinado um termo de acordo, onde de um lado a União se compromete ao pagamento, coloca o dia 10 como data desse pagamento e do outro lado os Estados no mesmo termo, desistem da ação e de qualquer efeito de novas ações futuras sobre multa de repatriação", disse o governador Wellington Dias (PT).

O governador colocou a ação como uma vitória dos brasileiros, sintetizando a importância da decisão para o fechamento das contas em 2016. Segundo o petista, a posição pela austeridade foi voluntária dos Estados, dispondo de um trabalho que vem sendo feito há alguns meses por todos os entes. "Eu destaco da agenda dos governadores com o presidente, o ministro da Fazenda, como uma grande vitória do Brasil e dos brasileiros, aqui primeiro tivemos um respeito a independência dos Estados, a democracia, autonomia", comunicou.

Segundo o governador, cada gestor vai agir respeitando as particularidades de cada Estado. "Cada Estado vai agir sempre respeitando a particularidade, a realidade, a autonomia de cada Estado, a soberania, sempre prevalecendo, por essa razão eu acho que quem ganha é o Brasil, o que queremos é cada ano reduzir o déficit da previdência, reduzir o conjunto dos gastos para ter crescimento na parte do investimento, com isso contribuir com a geração de empregos, investimentos na qualidade de vida, desenvolvimento econômico com compromisso social", finalizou.

ECOLÓGICO

Municípios perdem R$ 45 milhões de ICMS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) votou na sessão de quinta-feira (01) a fixação da cota de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) para 2017. Os prefeitos do interior do Piauí foram acompanhar a reunião para evitar que as cidades percam R$ 45 milhões de Imposto para Teresina e Campo Maior.

Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar), as duas cidades foram as únicas que se habilitaram para o recebimento do ICMS Ecológico, que é escolhido de acordo com as ações de proteção ambiental que o município realiza.

O prefeito de Ribeiro Gonçalves, Agamenon França, declarou que a aplicação da distribuição do ICMS Ecológico, que é equivalente a 5% do ICMS Rateado com os municípios, teria que ser aplicado desde 2015, mas como os municípios não conseguiram se credenciar, o Imposto não havia sendo aplicado.

Agamenon França explica que o TCE que aplicar este ano. Segundo ele, o Estado arrecada R$ 300 milhões de ICMS por mês, sendo que, 25% são destinados aos municípios, equivalente a R$ 75 milhões e, 5% deste total é de ICMS Ecológico, o que corresponde a R$ 3,750 milhões por mês e a um total de R$ 45 milhões ao ano.

"Como a Semar disse que só Teresina e Campo Maior se habilitaram por este ICMS, os R$ 45 milhões ficarão exclusivamente com estes municípios", declarou o prefeito.

A advogada, consultora jurídica e presidente da comissão de direito tributário da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Piauí, Stael Freire, declarou que vai defender que o imposto não seja aplicado na fixação do tributo em 2017, porque a Semar deu o prazo de 11 de abril a 30 de junho para os municípios se habilitarem e receberem o ICMS. O prazo final seria entre 3 a 7 de outubro, mas a Secretaria não respeitou o processo e só finalizou em 12 de novembro e, também, apesar de Parnaíba ter se habilitado, não foi listado pelo órgão. (E.R.)

EFRÉM RIBEIRO

PREFEITOS acompanham votação no plenário do TCE-PI

SALÁRIO ATRASADO

MP pede bloqueio das contas de Prefeitura

Em representação encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o Ministério Público recomendou o bloqueio das contas do município de Nazária, sob a alegação de atraso de salários e precariedade nos serviços públicos; o pedido de medida cautelar foi embasado pela promotora Leida Diniz. "Verifica-se que a precarização dos serviços públicos essenciais do Município de Nazária, intensificada após o resultado das eleições municipais, representa um fundado receio de grave lesão ao erário, além de prejudicar a população e comprometer o processo de transição de gestões", destaca o pedido.

Na medida cautelar, o Ministério Público do Estado, esclarece que o pedido se dá para pressionar a administração local a regularizar os pagamentos dos servidores e o funcionamento dos serviços públicos; além disso o órgão pediu que o Tribunal apure a situação do município, principalmente no que tange ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O documento expõe para o suposto atraso no pagamento de profissionais de saúde ao longo de três anos, alguns meses de redução no salário em 2013 e 2014, dentre outras. A promotora de Justiça, Leida Diniz, informa que recebeu diversas denúncias durante os últimos anos de gestão do atual prefeito, Francisco Ubaldo Nogueira. O Ministério Público apurou diversas irregularidades na admissão de pessoal e no pagamento dos servidores municipais.

"Apesar da realização de diversas audiências com representantes da gestão municipal, além de vários ofícios e recomendações, o Município de Nazária não se dispôs a sanar essas irregularidades voluntariamente. Acrescente-se, aliás, que o Prefeito Municipal por diversas vezes relutou até mesmo em comparecer às audiências realizadas pelo Ministério Público", declarou.

Diante desse quadro, a Promotoria de Justiça propôs duas ações de improbidade administrativa, uma pelo atraso no pagamento dos profissionais da educação e outra pela admissão de servidores irregulares em vez de candidatos aprovados em concurso público. Foi apresentada ainda uma ação civil pública, para que fossem exoneradas as pessoas contratadas de forma ilegal, com a consequente nomeação de concursados. (F.T.)

Página 3. Editoria de Política

COLUNA OPINIÃO

Da Redação de Política - opinião@meionort

COM PRUDÊNCIA

A Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc) foi notificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e decidiu atender, na íntegra, a recomendação de aguardar a decisão da Corte de Contas para homologar o resultado da licitação para subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O órgão se colocou à disposição dos técnicos do TCE no sentido de dirimir quaisquer dúvidas acerca do processo licitatório, contestado pela empresa Águas do Brasil, que contesta a nota técnica que desconsiderou um dos documentos apresentados pela empresa. A Suparc entende que o TCE-PI está agindo com prudência ao recomendar as considerações que virão ao final da auditoria. A Suparc vai prosseguir com os demais atos administrativos referentes a licitação, eximindo-se da homologação que estava inicialmente prevista para a segunda quinzena de dezembro.

Página 4. Coluna Opinião

EXEMPLAR DO ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

O DIA

65 ANOS O Dia

Teresina, Piauí, Sexta, 2 de Dezembro de 2016 | R$ 2,00 | NACIONAL R$ 5,00 | ANO 65 - Nº 18.616 | Fechamento 21h | 30 páginas

quem precisa da Justiça e não pode pagar.

Barulho

A conturbada licitação ganha um novo capítulo. Ontem, a Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc) informou que foi notificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e atende, na íntegra, à sua determinação de não homologar o resultado da licitação até que a Corte de Contas decida sobre a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. "Ainda em cumprimento à recomendação, a Suparc prossegue com os demais atos administrativos referentes ao processo em questão, aproveitando para garantir aos piauienses que esta Superintendência prima pela lisura, honestidade e transparência de todos os seus atos", diz nota oficial.

Página 2. Coluna Roda Viva, Editoria de Política

Sexta-feira

Teresina, 2 de dezembro de 2016

VENDA PROIBIDA

DIARIO do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98889-9588

ANO XXX Número 10.958 | www.diariodopovo-pi.com.br | Piauí: R$ 2,00 - Outros Estados R$ 3,50

AGUAS E ESGOTOS

Governo atende determinação do TCE-PI

A Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc) informou ontem, por meio de nota, que foi notificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e atende, na íntegra, a recomendação de aguardar a decisão da Corte de Contas para homologar o resultado da licitação para subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina.

A nota, assinada pela superintendente Viviane Moura, diz que, reiterando o que tem sido informado oficialmente, a Suparc coloca-se à inteira disposição dos técnicos do TCE no sentido de dirimir quaisquer dúvidas acerca do processo licitatório, contestado por uma das empresas licitantes e entende que o órgão está agindo com prudência ao recomendar as considerações que virão ao final da auditoria.

"Ainda em cumprimento à recomendação, a Suparc prossegue com os demais atos administrativos referentes ao processo em questão, aproveitando para garantir aos piauienses que esta superintendência prima pela lisura, honestidade e transparência de todos os seus atos", finaliza a nota.

PODER JUDICIÁRIO

Página 3. Editoria de Política

01/12/2016 13h33 - Atualizado em 01/12/2016 13h43

Governo decide aguardar decisão do TCE para homologar subconcessão

Suprac diz que aguardará a decisão do TCE para homologar resultado. Empresa perdedora alega fraude em etapas do processo licitatório.

Do G1 PI

FACEBOOK

Superintendente da Suprac, Viviane Moura (Foto: Catarina Costa/G1 PI)

O governo do Piauí atendeu a **decisão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) que solicitou que não fosse homologada** a licitação responsável por determinar a empresa que vai explorar a subconcessão dos serviços da Águas e Esgotos do Piauí S/A (Agespisa) em Teresina pelos próximos 31 anos.

A Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc) informou em nota à imprensa nesta quinta-feira (1º) que atenderá na íntegra, a recomendação de aguardar a decisão da Corte de Contas para homologar o resultado da licitação.

A denúncia de fraude foi realizada por uma das empresas que concorria à subconcessão. A empresa chegou a alegar que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o TCE, a suspensão da homologação tem o objetivo de afastar a ocorrência de situações jurídicas que poderão ser motivo de revisão, ajustes e/ou modificação em um momento futuro, em decorrência do processo de auditoria que está em andamento.

A Superintendente de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí, Viviane Moura, afirmou ainda em nota que "coloca-se à inteira disposição dos técnicos do TCE no sentido de dirimir quaisquer dúvidas acerca do processo licitatório, contestado por uma das empresas licitantes e entende que o órgão está agindo com prudência ao recomendar as considerações que virão ao final da auditoria".

A empresa que irá explorar o serviço de aguas e esgotos de **Teresina** deverá atuar até 2047. Em contrapartida terá que investir R$ 1,7 bilhão na área.

Link: http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/12/governo-atende-tce-e-suspende-homologacao-de-subconcessao.html

Governo atende recomendação do TCE e decide não homologar subconcessão

O conselheiro Kennedy Barros pediu que o Estado não tome nenhuma iniciativa enquanto a Corte de Contas analisa supostas irregularidades no processo licitatório.

01/12/2016 12:01h

G+1 0 Tweet Curtir 0

A Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado (Suparc) informou no final da manhã de hoje (01) que vai acatar a recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e aguardar a decisão da Corte para homologar o resultado da licitação de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina.

A expectativa do Governo do Estado era homologar o contrato com a empresa até o final deste ano, para então, iniciar o processo de transição entre a Agespisa, que detém o controle dos serviços e a empresa vencedora. Pelo cronograma do Governo, até fevereiro os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário já estariam sob a responsabilidade da Aegea, no entanto, com essa decisão do TCE, o prazo pode ser estendido.

O pedido de abstenção da homologação foi feito através de ofício enviado ao Governo pelo conselheiro Kennedy Barros. A decisão da Corte de Contas foi baseada em um parecer prévio da Defing que está apurando as denúncias de irregularidades no processo licitatório. Kennedy Barros explicou que a medida tem o objetivo de evitar a ocorrência de situações jurídicas que poderão ser motivo de revisão, ajustes e/ou modificação em um momento futuro.

O Tribunal de Contas reiterou que a suspensão se refere apenas à homologação, e que os demais atos administrativos poder continuar em andamento. A empresa vencedora da licitação é a Aegea, mas a empresa Águas do Brasil, que também participou da concorrência pública, protocolou a denúncia junto ao TCE pedindo investigação de supostas irregularidades durante o processo, tendo acionado, inclusive, o STF para questionar sua legalidade.

Fonte: Da Redação

Link: http://www.portalodia.com/noticias/piaui/governo-atende-recomendacao-do-tce-e-decide-nao-homologar-subconcessao-289413.html

Governo do Piauí atende recomendação do Tribunal de Contas

"A SUPARC coloca-se à inteira disposição dos técnicos do TCE no sentido de dirimir quaisquer dúvidas acerca do processo licitatório, contestado por uma das empresas licitantes", disse Viviane Moura.

PRISCILA CALDAS

01/12/2016 15h29

Compartilhe no Facebook | Compartilhe no Twitter | Compartilhe no Google+ | Enviar por E-mail | Mais opções

Por meio de nota, a superintendente Viviane Moura da Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc), informou que aguardará o julgamento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** sobre a homologação da licitação para subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina.

Foto: Lucas Dias/GP1

Agespisa

Confira a nota na íntegra

A Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (Suparc) informa que foi notificada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e atende, na íntegra, à sua recomendação aguardando decisão da Corte de Contas para homologar o resultado da licitação, para subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. Reiterando o que tem sido informado oficialmente, a SUPARC coloca-se à inteira disposição dos técnicos do TCE no sentido de dirimir quaisquer dúvidas acerca do processo licitatório, contestado por uma das empresas licitantes e entende que o órgão está agindo com prudência ao recomendar as considerações que virão ao final da auditoria. Ainda em cumprimento à recomendação, a Suparc prossegue com os demais atos administrativos referentes ao processo em questão, aproveitando para garantir aos piauienses que esta Superintendência prima pela lisura, honestidade e transparência de todos os seus atos.
Viviane Moura Bezerra
Superintendente

Entenda

A Suparc já havia declarado que o processo aconteceu sob efeito de **lisura na transparência**. A vencedora da licitação de subconcessão da Agespisa foi a **Aegea Saneamento**. "[O processo] é fruto de estudos e não é um processo licitatório que ocorre sem que a população, a sociedade ou os órgãos de controle tomem conhecimento sobre ele. Nós estamos à disposição de qualquer órgão de controle para que eles possam verificar o edital e a documentação", garantiu a superintendente Viviane Moura.

Viviane Moura

O **GP1** fez uma **reportagem**, em que foi detalhado todo o andamento, a fim da concretização do processo, que abrangerá todo serviço da Agespisa na zona urbana de Teresina, e que pode ser concluído ainda neste ano, para que a empresa vencedora da licitação inicie os serviços no início de 2017.

O fato do TCE ter determinado o despacho sobre a homologação da licitação para subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina aconteceu após denúncias de irregularidades, feitas pela empresa Águas Brasil, que afirmou ter se sentido prejudicada no certame sobre os critérios técnicos do processo. A determinação, que foi assinada pelo conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, é datada de ontem (30 de novembro).

Link: http://www.gp1.com.br/noticias/governo-do-piaui-atende-recomendacao-do-tribunal-de-contas-405262.html

Fundação Getúlio Vargas não fez análise das propostas técnicas

FGV foi solicitada para dar apoio à CEL e analisou as propostas em um final de s

Por Bruno Santiago - Especial de Brasília | 1 de Dezembro de 2016, 12:36

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao contrário do que afirma a superintendente de Parcerias e Concessões (Suparc), Viviane Moura, não teve acesso às propostas técnicas das empresas que participam da licitação para a subconcessão dos serviços de saneamento de Teresina. De acordo com o relatório emitido pela própria FGV, a qual o **Portal AZ** teve acesso, a fundação fez apenas um acompanhamento administrativo do processo licitatório. Chama atenção o fato de que a FGV ter sido solicitada pela Secretaria de Governo em quatro de novembro (sexta-feira) para dar apoio à Comissão Especial de Licitação (CEL) e entregou o relatório em sete de novembro (segunda-feira).

Em um final de semana, segundo o relatório, foi concluída a análise de mais de 700 páginas de um tema bastante complexo e de um projeto de investimentos da ordem de R$ 1,7 bilhão.

O item 1.1 – Documento de Referência do Relatório da FGV aponta os documentos recebidos pela fundação para a realização do acompanhamento técnico. Pode-se perceber que a FVG não coloca as propostas técnicas dos licitantes na referida biografia. Com isso, como a fundação pode ter chancelado o trabalho da Comissão Especial de Licitação, se ela sequer teve acesso às aludidas propostas técnicas? Logo, pode-se concluir que a análise das propostas técnicas foi feita exclusivamente pela Comissão Especial de Licitação e não pela FGV como vem sendo amplamente afirmado e defendido pela superintendente da Suparc.

Ao avaliar esse relatório, questionamentos se fazem necessários. Por que a FGV só entrou no processo licitatório em quatro de novembro se as propostas das licitantes foram entregues em sete de julho e os recursos do julgamento da proposta técnica foram entregues em setembro? Por que a fundação não participou desde o início da análise? Só pode ter uma explicação: para ser usada como escudo para blindar as decisões da comissão, que estão sendo auditadas pelo TCE.

Ao longo do referido relatório técnico, em nenhum momento há uma posição ou opinião da FGV e sim uma repetição de frases como "Análise da Comissão". A FGV, no item 3, é taxativa ao afirmar que o documento "Respostas aos Recursos e Contrarrazões" foi elaborado pela Comissão Especial de Licitação. Não há dúvidas que todo o documento teve a autoria única e exclusiva da comissão e a FGV foi chamada em uma sexta feira para emprestar a grife e ser usada como escudo numa tentativa de blindar o processo.

Será que a FGV tem noção da confusão que está entrando e que pode comprometer nacionalmente a credibilidade da instituição?

Link: https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/385158/fundacao-getulio-vargas-nao-fez-analise-das-propostas-tecnicas